

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	1
1. Funções estatais	1
2. Conceito e objeto do direito administrativo	2
3. Codificação e fontes do direito administrativo.....	4
4. Sistemas administrativos: sistema inglês e sistema francês....	6
5. O regime jurídico-administrativo.....	7

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	9
1. Princípio da supremacia do interesse público	9
2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	10
3. Princípio da legalidade.....	11
4. Princípio da impessoalidade.....	12
5. Princípio da moralidade	14
6. Princípio da publicidade.....	15
6.1. Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011)	17
7. Princípio da eficiência.....	22
8. Princípios da razoabilidade e proporcionalidade	25
9. Princípio da autotutela.....	27
10. Princípio da continuidade dos serviços públicos.....	28

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	31
1. Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito ...	31
2. Centralização, descentralização e desconcentração.....	32

3. Administração em sentido material e em sentido formal.....	35
4. Conceito de administração direta, administração indireta e entidades paraestatais.....	36
5. Princípio da organização legal do serviço público	38
6. Criação de entidades da administração indireta	39
7. Criação de subsidiárias e participação no capital de empresas privadas	41
8. Características comuns às entidades da administração indireta....	42
9. Entidades em espécie	43
9.1. Autarquias.....	43
9.1.1. Autarquias sob regime especial, autarquias fundacionais e associações públicas	48
9.1.2. Agências executivas.....	50
9.1.3. Agências reguladoras.....	51
9.1.3.1 Lei Geral das Agências Reguladoras Federais (Lei 13.848/2019).....	58
9.2. Fundações públicas	64
9.3. Empresas públicas e sociedades de economia mista....	69
9.3.1. Distinções entre empresa pública e sociedade de economia mista.....	85
9.4. Consórcios públicos.....	87

CAPÍTULO IV

ÓRGÃOS E AGENTES PÚBLICOS	93
1. Órgãos públicos	93
1.1. Classificações.....	95
2. Agentes públicos.....	97

CAPÍTULO V

TERCEIRO SETOR E ENTIDADES PARAESTATAIS.....	101
1. Introdução.....	101
1.1. Serviços sociais autônomos.....	102
1.2. Organizações sociais.....	104
1.2.1. Introdução.....	104
1.2.2. Seleção e qualificação da entidade privada	105

1.2.3.	O contrato de gestão firmado pelas organizações sociais	107
1.2.4.	Meios de fomento que poderão constar do contrato de gestão.....	108
1.2.5.	Desqualificação da entidade como organização social.....	109
1.3.	Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).....	110
1.3.1.	Introdução.....	110
1.3.2.	Pessoas que não podem ser qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público	110
1.3.3.	Áreas de atuação das organizações da sociedade civil de interesse público	111
1.3.4.	Requerimento da qualificação	112
1.3.5.	Formalização da parceria	112
1.3.6.	Controle e prestação de contas.....	113
1.3.7.	Desqualificação da entidade como organização da sociedade civil de interesse público.....	114
1.3.8.	Pontos comuns e diferenças relevantes entre as organizações sociais (OS) e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)....	114
1.4.	Marco regulatório das organizações da sociedade civil (Lei 13.019/2014)	116
1.4.1.	Noções gerais.....	116
1.4.2.	Instrumentos de formalização da parceria: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação	119
1.4.3.	Plano de trabalho	121
1.4.4.	Normas referentes à organização da sociedade civil.....	122
1.4.4.1.	Atuação em rede	124
1.4.5.	Chamamento público	125
1.4.5.1.	Dispensa e inexigibilidade do chamamento público.....	127
1.4.6.	Monitoramento da parceria e prestação de contas...	128
1.4.7.	Sanções administrativas e responsabilidades....	131

CAPÍTULO VI

SERVIDORES PÚBLICOS (DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS)... 133

1. Introdução..... 133
2. Acesso a funções, cargos e empregos públicos 135
3. Direito de associação sindical e direito de greve 153
4. Regras constitucionais pertinentes à remuneração dos agentes públicos 155
 - 4.1. Fixação da remuneração e revisão geral anual..... 156
 - 4.2. Limites de remuneração dos servidores públicos..... 158
 - 4.3. Irredutibilidade dos vencimentos e subsídios 162
5. Vedação à acumulação de cargos, funções e empregos públicos... 164
6. Disposições constitucionais relativas aos servidores em exercício de mandatos eletivos..... 165
7. Administração tributária 166
8. Disposições constitucionais específicas relativas aos servidores públicos estatutários..... 167
 - 8.1. O regime jurídico único e a extinção de sua obrigatoriedade pela EC 19/1998..... 167
 - 8.2. Planos de carreira e sistema remuneratório dos servidores públicos 170
 - 8.3. Direitos trabalhistas atribuídos pela Constituição aos servidores públicos..... 172
 - 8.4. Estabilidade 174
 - 8.5. Disponibilidade remunerada, reintegração, recondução, aproveitamento e readaptação 176
 - 8.5. Regime de previdência dos servidores públicos..... 178

CAPÍTULO VII

ATOS ADMINISTRATIVOS 185

1. Conceito de ato administrativo e outras definições relevantes ... 185
2. Classificações 187
 - 2.1. Atos vinculados e discricionários 187
 - 2.2. Atos gerais e individuais..... 189
 - 2.3. Atos internos e externos..... 190
 - 2.4. Ato simples, complexo e composto 191

2.5. Ato válido, ato perfeito, ato eficaz e definições correlatas.....	192
3. Requisitos ou elementos dos atos administrativos	193
3.1. Competência.....	193
3.2. Finalidade	196
3.3. Forma.....	197
3.4. Motivo	198
3.4.1. Motivação.....	199
3.4.2. Teoria dos motivos determinantes	201
3.5. Objeto	201
3.5.1. Mérito administrativo	202
4. Atributos dos atos administrativos	203
4.1. Presunção de legitimidade.....	203
4.2. Imperatividade.....	204
4.3. Autoexecutoriedade	204
4.4. Tipicidade	205
5. Extinção dos atos administrativos	205
5.1. Anulação	206
5.2. Revogação	207
5.3. Cassação	208
5.4. Outras formas de extinção dos atos administrativos.....	209
6. Convalidação de atos administrativos	210

CAPÍTULO VIII

PODERES ADMINISTRATIVOS.....	213
1. Introdução.....	213
2. Poder vinculado e poder discricionário.....	213
3. Poder hierárquico.....	215
4. Poder disciplinar	216
5. Poder regulamentar.....	217
6. Poder de polícia.....	219
6.1. Introdução e competência para o exercício	219
6.2. Distinção entre atividade de polícia administrativa e outras atividades estatais	220
6.3. Modalidades de exercício.....	221

6.4. Sanções aplicáveis e limites.....	223
6.5. Fases da atividade de polícia (ciclo de polícia).....	225
6.6. Poder de polícia originário e poder de polícia delegado. Exercício de atividades de polícia administrativa por pessoas jurídicas de direito privado	226
6.7. Atributos do poder de polícia.....	228
6.8. Prescrição.....	230
7. Abuso de poder	231

CAPÍTULO IX

LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	233
1. Introdução.....	233
2. Princípios orientadores das licitações públicas.....	236
2.1. Publicidade dos atos	237
2.2. Igualdade entre os licitantes.....	237
2.2.1. Regras de favorecimento: critérios de desempate, margens de preferência, licitações com participação restrita.....	239
2.2.2. Preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte	242
2.3. Sigilo na apresentação das propostas	245
2.4. Vinculação ao instrumento convocatório.....	245
2.5. Julgamento objetivo.....	246
2.6. Adjudicação obrigatória ao vencedor	246
2.7. Competitividade.....	247
3. Fases do procedimento licitatório.....	248
4. Modalidades de licitação.....	254
4.1. Concorrência.....	256
4.2. Tomada de preços.....	257
4.3. Convite.....	257
4.4. Concurso.....	258
4.5. Leilão.....	259
4.6. Pregão.....	259
4.7. Consulta.....	264
5. Tipos de licitação	265

6. Alienação de bens pela administração pública.....	266
7. Inexigibilidade e dispensa de licitação.....	268
7.1. Inexigibilidade de licitação	269
7.2. Dispensa de licitação	271
7.2.1. Licitação dispensável.....	271
7.2.2. Licitação dispensada.....	276
8. Anulação e revogação da licitação.....	278
9. Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (Lei 12.462/2011).....	279
10. Licitações realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016).....	287
10.1. Introdução.....	287
10.2. Hipóteses legais de contratação direta	288
10.3. Pessoas impedidas de participar da licitação e de ser contratadas.....	294
10.3.1. Pessoas impedidas de participar das licitações para obras e serviços de engenharia	295
10.4. Finalidades e princípios regedores das licitações.....	295
10.5. Critérios de julgamento	296
10.6. Sigilo quanto ao valor estimado do contrato.....	297
10.7. Prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances e impugnação do edital.....	298
10.8. Procedimento da licitação	299
10.9. Revogação e anulação da licitação.....	302

CAPÍTULO X

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	305
1. Introdução.....	305
2. Contratos administrativos e contratos de direito privado da administração pública	307
3. Características gerais dos contratos administrativos.....	309
4. Prazo de duração dos contratos administrativos.....	313
5. Prerrogativas da administração nos contratos administrativos: as “cláusulas exorbitantes”	314
5.1. Exigência de garantia	315
5.2. Poder de alteração unilateral do contrato	316

5.3. Fiscalização da execução do contrato	317
5.4. Aplicação direta de sanções.....	318
5.5. Ocupação temporária	319
5.6. Exigência de medidas de compensação	320
5.7. Restrições à oposição da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	322
5.8. Possibilidade de rescisão unilateral do contrato.....	323
6. Responsabilidades e encargos do contratado.....	324
7. Extinção dos contratos administrativos.....	324
7.1. Anulação.....	325
7.2. Rescisão.....	327
8. Contratos celebrados por empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei 13.303/2016).....	330
8.1. Introdução.....	330
8.2. Forma dos contratos e convocação para assinatura do instrumento	332
8.3. Prazo de duração dos contratos.....	333
8.4. Regimes de execução dos contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia.....	333
8.5. Exigência de garantia	335
8.6. Subcontratação.....	335
8.7. Alteração dos contratos	336
8.8. Responsabilidades e encargos do contratado	338
8.9. Aplicação direta de sanções.....	338
9. Convênios administrativos.....	341

CAPÍTULO XI

SERVIÇOS PÚBLICOS	347
1. Noções introdutórias.....	347
2. Conceito de serviço público	350
2.1. Conceitos amplos e conceitos restritos de serviço público	351
2.2. Critérios propostos para identificação de uma atividade como serviço público	352
2.2.1. Essencialistas <i>versus</i> legalistas.....	352

2.3. Definições propostas pela doutrina pátria. Conceito adotado nesta obra	354
3. Classificações	356
4. Formas de prestação dos serviços públicos.....	358
5. Direitos básicos dos usuários de serviços públicos (Lei 13.460/2017).....	360
5.1. Lei Geral da Desburocratização – racionalização e simplificação de procedimentos administrativos (Lei 13.726/2018).....	363
6. Concessão e permissão de serviços públicos (Lei 8.987/1995).....	365
6.1. Definições legais e aspectos gerais	365
6.2. Licitação prévia à celebração dos contratos	368
6.3. Contratação com terceiros, subconcessão, transferência da concessão e transferência de controle societário.....	371
6.4. Direitos e obrigações do usuário	373
6.5. Obrigações da concessionária (ou permissionária).....	374
6.5.1. Serviço adequado	375
6.6. Prerrogativas do poder concedente	376
6.7. Extinção da concessão (ou permissão).....	380
7. Parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004).....	384
7.1. Licitação prévia à contratação de parcerias público-privadas	388
8. Autorização de serviço público	390

CAPÍTULO XII

RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA...	393
1. Conceito.....	393
2. Evolução	394
2.1. Irresponsabilidade do Estado.....	394
2.2. Responsabilidade civil com culpa comum do Estado...	395
2.3. Teoria da culpa administrativa	395
2.4. Teoria do risco administrativo	396
2.5. Teoria do risco integral	396
3. Fundamento da atribuição de responsabilidade civil objetiva à administração pública pelos danos decorrentes de suas atividades.....	397

4. Responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo: art. 37, § 6.º, da Constituição de 1988	398
5. Responsabilidade por danos decorrentes de omissão estatal	403
6. A ação de reparação do dano: terceiro lesado x administração...	406
7. A ação regressiva: administração x agente público	409
8. As responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público	411
9. Responsabilidade civil por atos legislativos e atos jurisdicionais.....	416

CAPÍTULO XIII

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	419
1. Introdução.....	419
2. Noção de controle e classificações doutrinárias	420
3. Recurso hierárquico e recurso hierárquico impróprio.....	428
4. Contrato de gestão ou contrato de desempenho (CF, art. 37, § 8.º, e Lei 13.934/2019).....	429
5. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: disposições introduzidas pela Lei 13.655/2018	432
6. Controle legislativo.....	442
6.1. Hipóteses constitucionais de controle parlamentar direto...	444
6.1.1. Controles exercidos pelo Congresso Nacional ...	444
6.1.2. Controles específicos exercidos pelo Senado Federal	446
6.1.3. Controle exercido por meio de comissões.....	447
6.2. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	447
6.2.1. Controle exercido pelos tribunais de contas....	449
7. Controle judicial	456
8. Improbidade administrativa (Lei 8.429/1992).....	458
8.1. Aspectos gerais	458
8.1.1. Base constitucional e regulamentação legal.....	458
8.1.2. Sujeitos passivos.....	458
8.1.3. Sujeitos ativos.....	459
8.1.4. Natureza das sanções cominadas.....	460
8.2. Descrição legal dos atos de improbidade administrativa e sanções aplicáveis.....	461

8.3. Procedimentos administrativos e ações judiciais	465
8.4. Juízo competente.....	467
8.5. Prescrição.....	469
CAPÍTULO XIV	
O PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI 9.784/1999).....	471
1. Introdução.....	471
2. Abrangência e aplicação	471
3. Princípios.....	472
4. Direitos e deveres dos administrados.....	474
4.1. Direito a regime de tramitação prioritária	475
5. Início do processo e legitimados a sua instauração.....	477
6. Impedimento e suspeição	477
7. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	478
8. Intimação do interessado.....	480
9. Instrução e decisão	482
10. Desistência e extinção do processo.....	485
11. Recurso administrativo	486
12. Contagem de prazos	489
CAPÍTULO XV	
BENS PÚBLICOS	491
1. Conceito.....	491
2. Classificação.....	493
3. Características	495
4. Uso privativo de bens públicos por particulares mediante autorização, permissão e concessão.....	498
CAPÍTULO XVI	
INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA	505
1. Introdução.....	505
2. Servidão administrativa	507
3. Requisição	508
4. Ocupação temporária.....	509

5. Limitações administrativas	510
6. Tombamento	510
7. Desapropriação	512
7.1. Pressupostos.....	513
7.2. Autorização constitucional.....	514
7.3. Bens desapropriáveis	517
7.4. Competência	519
7.5. Indenização	520
7.6. Desapropriação indireta	521
7.7. Desapropriação por zona.....	522
7.8. Direito de extensão.....	523
7.9. Tredestinação.....	523
7.10. Retrocessão.....	524
BIBLIOGRAFIA.....	527